

**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES
E QUE VIEREM A SURTIR NO PRAZO DE VALIDADE DESTA SELEÇÃO
NA COMARCA DE RIO PARDO DE MINAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EDITAL Nº 001/2017**

A Excelentíssima Senhora Juíza de Direito Dr^a. Marié Verceses da Silva Maia, Diretora do Foro da Comarca de Rio Pardo de Minas, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, III, da Portaria-Conjunta nº 297/2013, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG e Portaria-Conjunta nº 400/2015, torna pública a abertura de inscrição para a seleção pública para provimento de vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade desta seleção de estagiários do curso de graduação e pós-graduação em Direito na Comarca de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais, nos termos deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Poderão participar da seleção pública de estagiários de graduação, estudantes do curso de graduação em Direito, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Portaria-Conjunta nº 297/2013, matriculados do 3º ao 8º período, sendo que a admissão do candidato aprovado está condicionada ao cumprimento de requisitos quanto a período acadêmico mínimo e máximo para ingresso e à comprovação da regularidade documental do convocado.

1.2 Poderão participar da seleção pública estudantes de curso de pós-graduação em Direito, sendo a admissão do candidato aprovado condicionada à comprovação da regularidade documental, tudo nos termos do art. 4º da Portaria Conjunta nº 297/2013 do TJMG.

1.3 A seleção pública será executada e acompanhada pela Juíza Diretora do Foro Dr^a. Marié Verceses da Silva Maia e dos servidores, Emília Almeida Mesquita e Paulo Holímpio Marque Costa.

1.4 A carga horária para a realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 (seis) horas diárias.

1.5 O estagiário de graduação fará jus ao recebimento de bolsa de estágio que, atualmente, possui o valor de R\$ 1.047,00 (hum mil e quarenta e sete reais) e, também, de auxílio-transporte, em pecúnia, em quantia equivalente a dez por cento do valor da bolsa de estágio.

1.6 O estagiário de pós-graduação fará jus ao recebimento de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor da bolsa de estágio de graduação, acrescido de auxílio-transporte em quantia equivalente a 10% do valor da bolsa de estágio, totalizando o montante de R\$ 1.727,55 (mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

1.7 Nos termos do art. 8º da Portaria Conjunta nº 297/2013, não serão admitidos como estagiários:

- a) estudantes que possuem vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados;
- b) policiais civis ou militares;
- c) titulares de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
- d) ocupantes de cargo integrante dos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Estado.

Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito



2. DAS VAGAS E DOS CURSOS

2.1 As vagas existentes são: 01 (uma) para estagiário de graduação e cadastro de reserva para os estagiários de pós-graduação.

2.2 A seleção pública é destinada ao provimento de vagas de estágio e à formação de cadastro de reserva para as vagas que surgirem durante o período de validade da Seleção Pública.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas no período de 24 de julho até 25 de agosto de 2017, das 12 às 18 horas (*Horário de Brasília*) na Secretaria do Fórum da Comarca de Rio Pardo de Minas, situada na Av. Rafael Bastos Pereira, 202, Centro em Rio Pardo de Minas.

3.1.1. O estudante deverá comparecer ao local de inscrição munido de CPF e Carteira de Identidade.

3.2 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.3 No ato da inscrição, o candidato deverá indicar na respectiva ficha o turno em que poderá prestar o estágio.

3.3.1 A indicação do turno de interesse e/ou disponibilidade para estágio não obriga o Tribunal de Justiça a convocar exclusivamente para vaga existente no turno indicado.

3.4 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.5 No período correspondente às inscrições, os candidatos que possuírem certificado de tempo de atividade como conciliador voluntário nos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deverão apresentá-lo.

4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

4.1 Os candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, de 1988, bem como pelo artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, que regulamenta a Lei nº 7.853, 14 de outubro de 1989, e pela Lei Estadual nº 11.867, 28 de julho de 1995, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.2 Nos termos da Lei Estadual nº 11.867, de julho de 1995, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame serão reservadas aos candidatos portadores de deficiência aprovados na Seleção Pública regida por este Edital.

4.3 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como portadores de deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito



4.4 A quinta, a décima quinta, a vigésima quinta vaga e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos inscritos como deficientes, no prazo de validade da seleção pública.

4.5 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá declarar-se com deficiência, no momento da inscrição.

4.6 O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste edital.

4.7 Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 14 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.

4.8 Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade da seleção pública, serão convocados estudantes da lista geral.

4.9 Os estudantes com deficiência que necessitam de condição especial para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.

4.10 O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá apresentar na Secretaria do Fórum desta Comarca de Rio Pardo de Minas, das 12 às 18 horas em até 05 dias úteis anteriores à data de realização das provas, requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação.

4.11 A concessão das condições diferenciadas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pela Direção do Foro.

4.12 A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.

4.13 A relação dos candidatos que tiverem seus pedidos de condições diferenciadas indeferidos será divulgada no Saguão do Fórum desta Comarca de Rio Pardo de Minas, no dia 30 de agosto de 2017.

4.14 Os candidatos aprovados na seleção pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original que tenha sido expedido em, no máximo, noventa dias a contar da data de entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.

4.15 A critério do TJMG, quando da admissão, o candidato deficiente poderá ser submetido à perícia médica oficial, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho – GERSAT.

4.15.1 A critério da Direção do Foro, poderão ser convocados magistrados e/ou servidores, lotados no setor ou órgão que receberá o estagiário deficiente, para compor comissão multidisciplinar,

4.15.1.1 Caberá à Comissão Multidisciplinar a análise da compatibilidade da deficiência com as atividades de estagiário.

Marlé Vercesi
Juíza de Direito

Juíza Mala


4.15.2 O candidato, que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica não foi considerado deficiente será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

4.15.3 O candidato com deficiência que for reprovado na perícia em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atividades previstas para a vaga oferecida permanecerá na lista até eventual surgimento de vaga compatível com sua deficiência, observado o prazo de validade da seleção pública.

4.15.3.1. Constatada a incompatibilidade da deficiência com qualquer vaga de estágio oferecida pelo Tribunal de Justiça, o candidato será excluído das listas de classificação.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

5.1 Não se exigirá do candidato cópia de nenhum documento no ato de preenchimento da Ficha de Inscrição, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade da informação sobre os dados pessoais, além de todas as demais informações prestadas.

5.2 O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato na Ficha de Inscrição.

5.3 A Ficha de Inscrição é intransferível.

6. DA SELEÇÃO

6.1 A seleção pública para preenchimento das vagas de estágio e as que vierem a surgir, durante o prazo de validade do certame, será composto de uma prova, constituída de 20(vinte) questões objetivas e três (03) questões discursivas, sendo que cada questão objetiva terá o valor de 02 (dois) pontos e a cada questão discursiva o valor de 20 (vinte) pontos.

6.1.1 A prova, não identificada, de caráter eliminatório e classificatório, versará sobre os conteúdos programáticos constantes nos Anexos I para os estagiários de graduação e Anexo II para os estagiários de pós-graduação.

6.2 A(s) prova(s) ocorrerá(rão) no Fórum da Comarca de Rio Pardo de Minas, na Av. Rafael Bastos Peeira, 202 – Rio Pardo de Minas, *no dia 17 de setembro de 2017, às 09:00 horas* e terá(rão) duração de 03 horas.

6.2.1 O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas.

6.2.2 Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

6.2.3 Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar as provas fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

6.3 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário fixado para o seu início.

6.3.1 O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e do

Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito



comprovante de inscrição.

6.4 Será obrigatória a apresentação de documento de identidade oficial com foto, que permita a identificação segura do candidato e com prazo de validade vigente, para a realização das provas.

6.4.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo com foto).

6.4.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.5 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

6.6 O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

6.7 As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager, etc.), livros, anotações e similares.

6.8 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento implicará a eliminação automática do candidato.

6.9 Será eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização da(s) prova(s);
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma no local de realização das provas, ainda que de posse de documento de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados ou fizer uso, durante o período de realização das provas, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa;
- f) fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;
- g) deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Provas, na Folha de Respostas e demais orientações expedidas, durante a realização das provas;
- h) deixar de entregar a Folha de Respostas das provas objetivas, findo o prazo limite para realização das provas.
- i) registrar a identificação em quaisquer das provas, em local diverso do indicado para tal finalidade.
- j) não alcançar o mínimo de 50% dos pontos passíveis na prova objetiva ou discursiva.

6.10 Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito



6.11 Na correção da Folha de Respostas serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.

6.12 O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

6.13 Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

6.14 O candidato não poderá se identificar na prova dissertativa, sob pena de eliminação.

7. DA ATUAÇÃO COMO CONCILIADOR VOLUNTÁRIO

7.1 À atuação como conciliador voluntário nos Juizados Especiais pelo período mínimo de 06 (seis) meses será atribuído 01 ponto.

7.2 O candidato que atuou como voluntário nos Juizados Especiais deverá entregar a declaração no ato da inscrição, nos termos do item 3.5 deste Edital.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 A nota final será obtida pela soma da nota alcançada na(s) prova(s) com a alcançada em razão da atuação de conciliador voluntário.

8.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos.

8.3 Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, conforme art. 27, parágrafo único da Lei 10.741/2003;
- b) nas questões objetivas;
- c) obtiver maior pontuação na questão discursiva;
- d) maior idade;
- e) sorteio.

8.4 Os classificados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

8.5 A classificação final será divulgada em duas listas, contendo a primeira a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda somente a classificação destes últimos.

8.5.1 A classificação final será divulgada no Saguão do Forum desta Comarca de Rio Pardo de Minas.

9. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

9.1 - Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido à Direção do Foro contra as seguintes decisões:

- a) indeferimento de condição diferenciada;
- b) gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha;
- c) resultado da prova dissertativa;

Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito



d) classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

9.2 O prazo para a interposição dos recursos a que se refere o item 9.1 deste Capítulo será de 02 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do objeto do recurso.

9.3 Os recursos mencionados no item 9.1 deste Capítulo deverão ser apresentados à Comissão Examinadora, em 02 vias e deverão ser entregues na Secretaria do Fórum desta Comarca de Rio Pardo de Minas, situada na Av. Rafael Bastos Pereira, 202, Centro em Rio Pardo de Minas.

9.4 Os recursos deverão ser entregues ou enviados em um envelope, tamanho ofício, fechado, identificado externamente em sua face frontal com os seguintes dados: Seleção Pública para Estagiários, Ref. Recurso contra (citar o objeto do recurso), nome completo e número de inscrição do candidato.

9.5 O recurso contra gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha deverá ser apresentado com obediência às seguintes especificações:

- a) com indicação do número da questão questionada, da resposta do gabarito oficial e da resposta marcada pelo candidato;
- b) em folhas separadas, para cada questão recorrida;
- c) com identificação do candidato apenas na capa do recurso;
- d) sem qualquer identificação do candidato no corpo do recurso;
- e) com argumentação lógica, consistente e com referência à bibliografia pesquisada para fundamentar seus questionamentos.

9.6 Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;
- b) sem a devida fundamentação;
- c) intempestivos;
- d) com a identificação do candidato no corpo da petição, ou seja, em local não indicado para tal finalidade.

9.7 A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este Capítulo será divulgada no Saguão do Fórum desta Comarca de Rio Pardo de Minas.

9.8 A decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

10. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

10.1 - O preenchimento das vagas existentes e das que vierem a ocorrer até o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação, observado o turno disponível para estágio, registrado na ficha de inscrição, considerada a conveniência administrativa.

10.2 Os candidatos com deficiência serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, observado o disposto no Capítulo 4 deste Edital, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

10.3 A convocação para o preenchimento das vagas de estágio na Comarca de Rio Pardo de Minas do Estado de Minas Gerais será realizada mediante contato telefônico e envio de e-mail, além de ser publicado no átrio do Fórum.

10.3.1 Serão considerados para convocação os telefones e *e-mail* registrados pelo estudante quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados.

Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito



10.4 Todas as tentativas de contato por telefone e por *e-mail* com os candidatos serão registradas pela comarca.

10.5 Caso a jornada de estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar ou a vaga de estágio exija período superior ao cursado pelo estudante, o candidato permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga compatível, observado o prazo de validade da seleção pública.

10.6 Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que:

- a) não se encontrar regularmente matriculado, no momento da admissão, no período mínimo exigido para o estágio;
- b) não for localizado em razão de tentativas fracassadas de contato por endereço eletrônico e telefone.
- c) requerer seu remanejamento para o final da lista de classificação.
- d) após ser convocado, não comparecer na Secretaria do Juízo, no dia estabelecido.
- e) recusar a vaga oferecida.

10.6.1 Os candidatos serão remanejados para o fim da lista de aprovados 02 vezes.

10.7 O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.

10.8 Após ser convocado, o estudante deverá comparecer à Secretaria do Fórum desta Comarca de Rio Pardo de Minas no prazo de 05 dias.

10.9 Aceita a vaga para a qual foi convocado, o candidato aprovado terá 10 (dez) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:

- a) cópia da carteira de identidade e do cadastro de pessoa física do estudante;
- b) declaração original da instituição de ensino superior, contendo informação sobre a matrícula, a frequência regular e o período cursado;
- c) declaração do estudante indicando agência e conta corrente, em estabelecimento bancário definido pelo TJMG, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte;
- d) declaração do estudante informando se é parente, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
- e) em se tratando de estudante deficiente, atestado médico original de que conste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao CID, expedido em até noventa dias antes da data de sua entrega.
- f) declaração acerca de conhecimentos e habilidades em informática.

10.10 Será eliminado da seleção pública o candidato que, recusar-se a observar as condições estipuladas pelo TJMG.

10.11 Durante o período de validade da seleção pública, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (*email*, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc) atualizados junto à Direção do Foro, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais.

11. DA CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito



11.1 O candidato aprovado na seleção pública e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio do TJMG por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria-Conjunta nº 297/2013 e Portaria-Conjunta nº 400/2015.

12. DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

12.1 A seleção pública terá validade de 01 ano a partir da divulgação da homologação, podendo ser prorrogado a critério da Direção do Foro da Comarca.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Todas as divulgações oficiais referentes ao concurso serão feitas por afixação no átrio do Fórum da Comarca de Rio Pardo de Minas.

13.4 É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

13.4.1 Aplica-se à contratação de estagiário no âmbito do TJMG o disposto no Enunciado Administrativo nº 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007.

13.5 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

13.6 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

13.7 O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.8 Não serão aceitas apresentação de documentos ou a interposição de recursos via fax, telex, telegrama, correio eletrônico, ou outro meio não especificado neste Edital.

13.9 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

13.10 Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil na Comarca, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

13.11 A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do protocolo de recebimento ou da postagem do SEDEX no correio.

13.12 A Direção do Foro da Comarca de Rio Pardo de Minas não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada de documentos ou recursos quando enviados por SEDEX.

13.13 Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito



13.14 Informações e orientações referentes à Seleção Pública poderão ser obtidas na Comarca.

13.15 O resultado final da seleção pública será homologado pelo Juiz(iza) Diretor(a) do Foro.

13.16 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.17 As ocorrências não previstas neste edital e os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Foro da Comarca e, em última análise, pelo Superintendente da EJEF.

Rio Pardo de Minas, 17 de julho de 2017.



Marié Verceses da Silva Maia
Juiz de Direito Diretor do Foro

Anexo I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO

1- Direito Constitucional

- 1.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- 1.2 Princípios Fundamentais;
- 1.3 Direitos e Garantias Fundamentais;
- 1.4 Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
- 1.5 Controle de Constitucionalidade

2 -Direito Civil

- 2.1 Pessoas;
- 2.2 Personalidade;
- 2.3 Pessoa natural;
- 2.4 Pessoa Jurídica;
- 2.5 Bens, Diferentes lances de Bens, Bens Considerados em Si mesmo, Bens Reciprocamente considerados, Bens Públicos;
- 2.6 Dos fatos Jurídicos;
- 2.7 Negócio Jurídicos, Representação, Condição, Termo e Encargo, Defeitos do negócio Jurídico, Erro e Ignorância, Dolo, Coação, Estado de Perigo, Lesão, Fraude contra Credores, Invalidade do Negócio Jurídico;
- 2.8 Atos Jurídicos Lícitos;
- 2.9 Ato jurídico ilícitos.

3- Direito Processual Civil – De acordo com Novo Código de Processo Civil

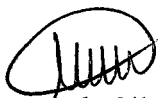
- 3.1 Código de Processo Civil;
- 3.2 Processo de Conhecimento;
- 3.3. Jurisdição e Ação;
- 3.4 Parte e procuradores;
- 3.5 Ministério Público;
- 3.6 Atos processuais;
- 3.7 Formação, suspensão e extinção do processo.

4- Direito Penal

- 4.1 Parte Geral;

5- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- ECA.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.



Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito Diretora do Foro

Anexo II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS DE ESTÁGIO DE PÓS GRADUAÇÃO

1- Direito Administrativo

- 1.1 Conceito de Direito Administrativo;
- 1.2 Administração Pública Direta e Indireta;
- 1.3 Princípios do Direito Administrativo.

2 -Direito Constitucional

- 2.1 Controle de Constitucionalidade;
- 2.2 Direitos e deveres individuais e coletivos;
- 2.3 Da Organização do Poder Judiciário;
- 2.4 Das funções essenciais à Justiça.

3- Direito Processual Civil – De acordo com Novo Código de Processo Civil

- 3.1 Princípios;
- 3.2 Litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros;
- 3.3. Jurisdição e competência;
- 3.4 Pressupostos processuais;
- 3.5 Formação, suspensão e extinção do processo – Nulidade;
- 3.6 Tutela de urgência e Tutela de evidência;
- 3.7 Processo de Conhecimento. Rito Ordinário;
- 3.8 Sentença. Liquidação. Cumprimento de sentença. Coisa julgada;
- 3.9 Recursos.

4-Direito Processual Penal

- 4.1 Inquérito Policial;
- 4.2 Ação Penal;
- 4.3 Jurisdição e competência. Conexão e continência;
- 4.4 Provas;
- 4.5 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória;
- 4.6 Nulidades;
- 4.7 Recursos.

5- Lei 9.099/95 – Lei dos Juizados Especiais

- 5.1 Todo o conteúdo, com as alterações até a data de publicação do edital.

6-Direito do Consumidor

- 6.1 Todo o conteúdo, com as alterações até a data de publicação do edital.

7-Direito da Criança e do Adolescente

- 7.1 Todo o conteúdo, com as alterações até a data da publicação do edital.

8- Direito Civil

- 8.1 Parte Geral do Código Civil;
- 8.2 Teoria Geral do Contrato;
- 8.3 Direito de Família;
- 8.4 Responsabilidade Civil;

Marlé Verceses da Silva *etc.*
Juíza de Direito



9-Direito Penal

9.1 Teoria Geral da Norma Penal;

9.2 Princípios;

9.3 Eficácia da Lei Penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas;

9.4 Teoria Geral do Crime. Introdução à Teoria Geral do Crime. Fato Típico. Ilicitude. Culpabilidade. Punibilidade. Concurso de Pessoa;

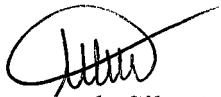
8.5 Teoria Geral da Pena. Aplicação da Pena. Concurso de Crimes;

8.6 Execução da Pena;

8.7 Ação Penal;

8.8 Dos crimes em espécie. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio;

8.9 Leis Penais Especiais. Tráfico de Drogas. Lei Maria da Penha.



Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito Diretora do Foro

ANEXO III

PRINCIPAIS PRAZOS

INSCRIÇÕES	DIA 24/07/2017 A 25/08/2017 DAS 12:00 ÀS 18:00 HORAS
SELEÇÃO	DIA 17/09/2017 ÀS 09:00 HORAS-DURAÇÃO DE 03 HORAS
NECESSIDADES DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS	05 DIAS ANTERIORES À DATA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS.
RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONDIÇÕES DIFERENCIADAS INDEFERIDAS	30/08/2017 -SERÁ AFIXADA NO SAGUÃO DO FÓRUM
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS- 9.1	02 DIAS ÚTEIS, CONTADOS DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DA DIVULGAÇÃO DO OBJETO DO RECURSO.



Marié Verceses da Silva Maia
Juíza de Direito- Diretora do Foro